

Relatório de Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S. as Demonstrações Contábeis do primeiro semestre de 2021 da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES, em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2021, o Sicoob Central ES completa 32 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para organizar o sistema estadual, desenvolvendo suas principais atividades que são: controle da liquidez, auditoria interna e controles internos, desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos, controladoria contábil e fiscal e ações coordenadas de marketing, bem como o fomento de mercado, através dos produtos e serviços disponibilizados aos associados. Atua como o alicerce de suas Singulares para a obtenção de escala nas operações, consequentemente, redução de custos e resultados financeiros que garantem a expansão do sistema. O Sicoob Central ES não objetiva prioritariamente o alcance de resultados positivos, sendo seu orçamento custeado por suas Filiadas.

Sempre voltada ao desempenho do sistema estadual, o plano de metas e o gerenciamento da eficiência administrativa, desenvolvidos e coordenados pelo Sicoob Central ES, impulsiona as Singulares na obtenção dos resultados projetados.

O Sicoob Central ES auxilia os Conselhos de Administração das Singulares no estabelecimento de estratégias para o fortalecimento do movimento cooperativo de crédito no ES e demais Estados com atuação.

Em atendimento à Resolução BCB nº 54 de 16/12/2020, informamos que o Relatório de Pilar 3 está disponível no seguinte endereço: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobes/relatorios>.

1.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No primeiro semestre de 2021, o mercado apresentou uma melhora em função do avanço da vacinação e a queda da quantidade de óbitos.

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

1.1.1 Aplicativo Sicoob

Por meio do aplicativo Sicoob, é possível realizar operações como pagamentos, consultas de saldos e extratos, transferências, investimentos, débito automático, empréstimos (simulação e contratação), extrato das faturas de cartões, depósitos de cheques e até recarga de celular.

O aplicativo Sicoob, que reúne mais de 140 operações, pode ser usado para adquirir produtos e serviços de forma simples, como investimentos, seguros e consórcios. O atendimento por meio de chat e WhatsApp também têm facilitado o relacionamento com os atendentes sem a necessidade de ir até a agência.

É possível a contratação de crédito de forma automática pelos associados. Essas funcionalidades também estão disponíveis na internet banking, que pode ser acessado pelo endereço eletrônico www.sicoobes.com.br.

1.1.2 Crescimento

O Sicoob ES no primeiro semestre de 2021, considerando a data base de 31/12/2020 obteve um aumento nos depósitos que cresceram 8,06%, alcançando R\$ 7,7 bilhões e a carteira de crédito do Sicoob ES registrou R\$ 6,6 bilhões que representa um aumento de 8,72%. Comparando com a data base 30/06/2020, o crescimento em depósitos foi de 26,68% e da carteira de crédito foi de 29,25%.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	
Demonstração do Resultado do Período			Varição
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	3.676	3.991	(7,89)
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	68	264	(74,24)
Receitas com Ato Não Cooperativo	670	114	487,72
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	11.411	11.449	(0,33)
Despesas Tributárias	(137)	(57)	140,35
Outros Ingressos e Receitas Operacionais e Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15.617	12.242	27,57
Sobras Bruta	7.826	4.512	73,45

Destacamos Contribuíram para compor as sobras do primeiro semestre de 2021:

No primeiro semestre de 2021 as receitas de Outros Ingressos e Receitas Operacionais e Resultado de Participações em Coligadas e Controladas tiveram um aumento de 27,57%.

As receitas com Ato Não Cooperativo tiveram um aumento de 487,72% em relação ao primeiro semestre de 2020.

A sobra Bruta também apresentou um crescimento de 73,45% em relação ao mesmo período de 2020.

2.2) Dados Patrimoniais

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	
Balanco Patrimonial			Varição
Ativos Totais	4.395.045	3.951.066	11,24
Aplicações Financeiras de Liquidez	2.366.526	2.210.593	7,05
Títulos e Valores Mobiliários	1.684.841	1.434.539	17,45
Centralização Financeira – Cooperativas Filiadas	3.910.778	3.509.653	11,43
Patrimônio Líquido	232.372	220.156	5,55
Patrimônio de Referência (PR)	177.443	175.190	1,29

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no primeiro semestre de 2021:

O total de ativos atingiu a marca de R\$ 4.395.045 mil ao final do primeiro semestre de 2021, com crescimento de 11,24% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para as Cooperativas filiadas e seus associados.

As Aplicações Financeiras obtiveram um aumento de 7,05% considerando o mesmo período de 2020, atingindo no final do primeiro semestre de 2021 o montante de R\$ 2.366.526 mil.

Em 30 de junho de 2021 o saldo de Títulos e Valores Mobiliários, atingiu R\$ 1.684.841 mil, com crescimento de 17,45% em relação a 30 de junho de 2020.

A centralização Financeira das Cooperativas filiadas superou a marca de R\$ 3,9 bilhões de ativos, o primeiro semestre de 2021 com o valor de R\$ 3.910.778 mil, com crescimento de 11,43% se comparado com 2020.

O patrimônio líquido aumentou 5,55% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 232.372 mil ao final do primeiro semestre.

2.3.1) Carteira de crédito por produto

Em Milhares R\$	30/06/2021	30/06/2020	Variação	
Recursos repassado as Cooperativas Filiadas	Total	Total	Valor Total	% Total
Repasse interfinanceiros – Crédito Rural	118.645	128.297	(9.652)	(7,52)
Empréstimos – Rotativo	106.316	75.289	31.027	41,21
Total	224.961	203.586	21.375	10,50

3. Cooperativas Singulares do Sicoob Central ES

As Cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES são: Sicoob Sul Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Leste Capixaba, Sicoob Centro Serrano, Sicoob Norte, Sicoob Sul Serrano e Sicoob Credirochas.

Cooperativas Singulares	30/06/2021			30/06/2020			Variação %		
	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas
Sicoob Sul Litorâneo	605.008	126.915	13.265	488.058	111.262	9.518	23,96	14,07	39,37
Sicoob Sul	1.846.728	409.969	33.130	1.547.136	366.931	35.165	19,36	11,73	(5,79)
Sicoob Leste Capixaba	2.880.112	615.866	64.501	2.216.574	533.663	44.858	29,94	15,40	43,79
Sicoob Centro Serrano	1.327.172	242.321	28.856	1.134.182	198.684	10.516	17,02	21,96	174,40
Sicoob Norte	1.164.918	241.935	29.771	988.999	205.236	8.904	17,79	17,88	234,36
Sicoob Sul Serrano	2.216.615	468.603	46.401	1.727.947	392.811	24.173	28,28	19,29	91,95
Sicoob Credirochas	1.043.459	152.828	16.935	776.394	124.948	12.289	34,40	22,31	37,81
Total	11.084.012	2.258.437	232.859	8.879.290	1.933.535	145.423	24,83	16,80	60,13

Os destaques para o crescimento das Cooperativas Singulares no primeiro semestre de 2021 são:

Houve um aumento de 24,83% do total dos ativos das Cooperativas Singulares alcançando no final do primeiro semestre o montante de R\$ 11.084.012 mil. Superando a marca de 11 bilhões de ativos, demonstrando o crescimento do Sicoob ES com seus associados.

O Patrimônio Líquido teve um crescimento de 16,80% comparado a 2020, atingindo o montante de R\$ 2.258.437 mil.

As Sobras do primeiro semestre de 2021 do Sistema Sicoob ES foi de R\$ 232.859 mil, um aumento de 60,13% comparado ao mesmo período de 2020.

4. Pessoas

Contávamos com 92 colaboradores no primeiro semestre de 2021. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 6.080 mil.

5. Política de Crédito

O Sicoob Central ES adota o sistema de garantias recíprocas entre as Filiadas, valendo-se do limite de exposição por cliente previsto no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.434/15, nas concessões de crédito e garantias. A política de classificação de crédito de sua carteira está de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos dirigentes da Cooperativa Central definir e assegurarem a execução dos objetivos do Sistema Sicoob ES, contribuindo para a sua continuidade e fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Nesse sentido, a administração do Sicoob Central ES tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão do Sicoob Central ES está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabe à Diretoria as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento da Diretoria, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento da Diretoria, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa Central e na nossa Administração.

Vitória – ES, 30 de julho de 2021.

Diretora.

Balço Patrimonial (em 30/06/2021 e de 31/12/2020 | em milhares de R\$)

Descrição	Notas	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO		4.395.045	4.171.715
DISPONIBILIDADES	4.	3.872	7
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.277.657	4.062.740
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	2.366.526	2.338.159
Titulos e Valores Mobiliários	6.	1.684.841	1.506.947
Relações Interfinanceiras	7.	118.645	110.102
Repasses Interfinanceiros		118.645	110.102
Operações de Crédito	8.	106.316	106.316
Outros Ativos Financeiros	9.	1.329	1.216
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(931)	(999)
(-) Operações de Crédito	8.	(338)	(423)
(-) Outras	7.	(593)	(576)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	10.	375	195
OUTROS ATIVOS	11.	4.139	3.748
INVESTIMENTOS	12.	92.242	88.311
IMOBILIZADO DE USO	13.	23.653	23.195
INTANGÍVEL	13.	1.190	1.157
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	13.	(7.152)	(6.639)
TOTAL DO ATIVO		4.395.045	4.171.715
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.395.045	4.171.715
DEPÓSITOS		867	1.259
Depósitos à Prazo	14.	867	1.259
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.028.365	3.829.305
Relações Interfinanceiras	15.	3.910.778	3.675.486
Centralização Financeira - Cooperativas		3.910.778	3.675.486
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.	117.376	153.816
Outros Passivos Financeiros	17.	211	3
PROVISÕES	18.	1.147	1.143
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19.	408	478
OUTROS PASSIVOS	20.	131.886	112.758
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		232.372	226.772
CAPITAL SOCIAL	22.	191.682	182.724
RESERVAS DE SOBRAS		35.090	35.090
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(2.226)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		7.826	8.958
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.395.045	4.171.715

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Sobras ou Perdas

(em 30/06/2021 e de 30/06/2020 | em milhares de R\$)

Descrição	Notas	30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		58.517	60.235
Operações de Crédito	24.	4.847	6.918
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	25.	30.433	28.393
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	26.	23.237	24.924
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(54.773)	(55.980)
Operações de Captação no Mercado	14.a	(13)	(46)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.a	(3.138)	(4.495)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	15.a	(51.690)	(51.703)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	27.	68	264
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.744	4.255
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		4.709	850
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	28.	640	114
Dispêndios e Despesas de Pessoal	29.	(6.080)	(5.520)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	30.	(3.653)	(4.243)
Dispêndios e Despesas Tributárias	31.	(137)	(57)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	32.	6.157	(169)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	33.	9.460	12.411
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	34.	(1.678)	(1.686)
PROVISÕES		-	(120)
Provisões/Reversões para Contingências	35.	-	(120)
RESULTADO OPERACIONAL		8.453	4.985
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	36.	(35)	12
Rendas de Aluguel		12	12
(-) Perdas de Capital		(47)	-
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		8.418	4.997
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	20.(I)	(592)	(485)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS		7.826	4.512

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(em 30/06/2021 e de 30/06/2020 | em milhares de R\$)

Eventos	Capital Subscrito	Reserva Legal	Outros Resultados Abrangentes	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	143.338	34.036	-	7.780	185.154
Destinações de Sobras Exercício Anterior:					-
Outras Destinações				(29)	(29)
Distribuição de sobras para associados	7.751			(7.751)	-
Movimentação de Capital:					-
Por Subscrição/Realização	30.519				30.519
Sobras ou Perdas do Período				4.512	4.512
Saldos em 30/06/2020	181.608	34.036	-	4.512	220.156
Saldos em 31/12/2020	182.724	35.090	-	8.958	226.772
Destinações de Sobras Exercício Anterior:					-
Distribuição de sobras para associados	8.958			(8.958)	-
Sobras ou Perdas do Período				7.826	7.826
Ajuste de avaliação patrimonial - invest. em coligadas e controladas			(2.226)		(2.226)
Saldos em 30/06/2021	191.682	35.090	(2.226)	7.826	232.372

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(em 30/06/2021 e de 30/06/2020 | em milhares de R\$)

Descrição	30/06/2021	30/06/2020 (Reclassificado)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	8.418	4.997
Distribuição de Sobras e Dividendos	(2)	(4.479)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.157)	169
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(68)	(264)
Provisões/Reversões para Contingências	-	120
Depreciações e Amortizações	539	555
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	2.730	1.098
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	174.304	(417.685)
Títulos e Valores Mobiliários	(133.803)	64.978
Relações Interfinanceiras	(8.560)	28.128
Relações Interdependências	-	-
Operações de Crédito	-	20.391
Outros Ativos Financeiros	(97)	(158)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(180)	(30)
Outros Ativos	(391)	(31)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos à Prazo	(392)	(1.573)
Relações Interfinanceiras	235.292	714.394
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(36.440)	(49.548)
Outros Passivos Financeiros	208	(492)
Provisões	4	6
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(69)	(146)
Outros Passivos	18.536	6.024
Outras Destinações	-	(29)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	251.142	365.327
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos	1.687	4.479
Aquisição de Intangível	(36)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(482)	(81)
Aquisição de Investimentos	(1.685)	(4.952)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(516)	(554)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	-	30.519
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	-	30.519
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	250.626	395.292
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	1.157.900	777.801
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	1.408.526	1.173.093
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	250.626	395.292

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado Abrangente

(em 30/06/2021 e de 30/06/2020 | em milhares de R\$)

Descrição	Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		7.826	4.512
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(2.226)	-
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas	22c	(2.226)	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		5.600	4.512

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 31/12/2020 | em milhares de R\$)

1. Contexto operacional

A **Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - Sicoob Central ES** ("Sicoob Central ES" ou "Cooperativa"), é uma cooperativa central de crédito, instituição financeira não bancária, fundada em 06 de junho de 1989 componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob Central ES tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca de serviços. Cabe ainda ao Sicoob Central ES a coordenação das ações das cooperativas integrantes do sistema Sicoob no Espírito Santo.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 16 de julho de 2021.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 03 de novembro de 2020 efetuou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo atingiu a nota F1(bra), que indica a mais forte capacidade intrínseca de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <https://www.fitchratings.com/site/brasil>.

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 31/12/2020 | em milhares de R\$)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 16/07/2021.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação
a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

c) Mudanças na forma de apresentação nos Demonstrativos Contábeis de 2020 e 2021

i. Para efeito comparativo dos valores em 30 de junho de 2020 referente ao Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) ocorreram reclassificações sem causar prejuízo no resultado divulgado anteriormente. As rubricas contábeis que tiveram alterações foram: *Participações nos Resultados de Empregados* que constava no grupo de Sobras ou Perdas Antes da Tributação e Participações Ajustado na qual foi reclassificada para a rubrica de *Outros Passivos* no grupo das Atividades Operacionais no montante de R\$ 485 mil. Com relação a rubrica *Destinação de Sobra de Capital de Exercício Anterior a Cotas de Capital à Pagar*, apresentada no grupo de Atividades de Financiamentos, essa, também foi reclassificada para a rubrica de *Outras Destinações*, para o mesmo grupo no montante de R\$ 29 mil.

ii. A partir de abril de 2021, em atendimento ao "CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto", a Central passou a reconhecer em seu patrimônio líquido, em conta de outros resultados abrangentes, os efeitos reflexos de seu investimento no Banco Sicoob, avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial. Este reconhecimento, somente foi possível neste momento em razão da inexistência, até então, de atributo específico para cooperativas na conta de ajustes de avaliação patrimonial de coligadas e controladas do plano de contas COSIF definido pelo Banco Central do Brasil à conta. Neste sentido, em função da impossibilidade de registro contábil até março de 2021 e da avaliação de imaterialidade do ajuste, a contabilização do montante acumulado em resultado abrangente foi realizada dentro deste período contábil, de forma prospectiva, nos termos do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de estimativas e retificação de erro.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliem no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis
(a) Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 31/12/2020 | em milhares de R\$)

cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pelas Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

(e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

(f) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

(g) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros prefixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indicadores pactuados.

(h) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(i) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Banco Cooperativo do Brasil S.A e Sicoob Confederação, que estão avaliados pelo método de custo de aquisição. Em 11 de fevereiro de 2020 foi realizado um acordo de acionistas do Banco Sicoob por meio do qual os investimentos da Central no Banco Sicoob, conforme a Resolução CMN nº 4.817/20, deverão ser avaliados utilizando o método de equivalência patrimonial.

(k) Imobilizado de uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem, por exemplo: direito de uso de softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada ou pelo contrato de licença.

(m) Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(n) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

(p) Outros ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

(q) Outros passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

(r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(s) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco

de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(t) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa tem por diretriz.

(u) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no *caput* do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no *caput* do art. 193 do mesmo Decreto.

(v) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(w) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas nas sobras do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(x) COVID19 nas demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 30/06/2021 seja de ativos financeiros seja de ativos não financeiros.

(y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

(z) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2021.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto por depósitos em caixa e depósitos bancários e Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários	3.872	7
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob	3.868	3
Banco Bradesco	4	4
Aplicações e Títulos com vencimento em até 90 dias	1.404.654	1.157.893
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	425.915	223.244
Títulos e Valores Mobiliários	978.739	934.649
Total	1.408.526	1.157.900

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Banco Sicoob, bem como aqueles sem contrapartida. A administração tem a intenção de manter essas aplicações financeiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata. Os quadros a seguir demonstram a composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		2.025.851	2.076.547
Aplicações em depósitos interfinanceiros até 90 dias		425.915	223.244
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	-	246
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	98% CDI	-	5
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	137.723	207.875
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	104% CDI	47.498	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	105% CDI	19.244	15.118
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	107% CDI	221.450	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias		1.599.936	1.853.303
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	1.034	775
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	98% CDI	512	551
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	1.512.669	1.539.221
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	102% CDI	70.454	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	104% CDI	-	52.095
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	105% CDI	-	27.115
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	106% CDI	15.267	15.064
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	107% CDI	-	218.482
Não circulante		340.675	261.612
Aplicações em depósitos interfinanceiros		340.675	261.612
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	-	246
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	213.196	135.609
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	107% CDI	20.359	20.086
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	108% CDI	107.120	105.671
Total Geral		2.366.526	2.338.159

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 31/12/2020 | em milhares de R\$)

(a) Essas aplicações financeiras fazem parte do Acordo de Compensação firmado junto ao Banco Sicoob como contrapartida aos créditos concedidos.

(ii) Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento:

Depósitos Interfinanceiros	30/06/2021	31/12/2020
Vencimento		
Até 1 mês	133.822	105.136
De 1 a 3 meses	292.093	118.108
De 3 a 6 meses	376.252	418.190
De 6 a 12 meses	1.223.684	1.435.113
Total circulante	2.025.851	2.076.547
De 1 a 2 anos	337.564	258.540
De 2 a 3 anos	-	3.072
Acima 3 anos	3.111	-
Total não circulante	340.675	261.612
Total Geral	2.366.526	2.338.159

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

6. Títulos e Valores Mobiliários

São registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos, lastreado em títulos públicos federais e particulares, registrados na CETIP e SELIC. Os quadros a seguir demonstram a composição dos títulos e valores mobiliários e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de títulos e valores mobiliários:

Títulos e Valores mobiliários	Índice	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		1.149.357	1.057.829
Títulos e Valores mobiliários até 90 dias		978.739	934.649
Títulos para negociação – carteira própria		906.625	822.178
Fundo de centralização	Pós Fixado	200.462	206.396
Fundo Institucional	Pós Fixado	706.163	615.782
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		72.114	57.617
LFT – Administrado	SELIC	45.515	27.126
LF – Outros Bancos(b)		26.599	30.491
Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias		-	54.854
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	-	54.854
Títulos e Valores mobiliários de 90 a 360 dias		170.618	123.180
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		164.636	123.180
LFT - Administrado	SELIC	-	44.944
LF – Outros Bancos(b)	CDI	164.636	78.236
Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias		5.982	-
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	5.982	-
Não circulante		535.484	449.118
Títulos para negociação – carteira própria		19.145	19.101
Cotas de Fundo Imobiliário		19.145	19.101
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		502.666	422.659
LFTM – Administrado	SELIC	120.336	118.818
LFT – Administrado	SELIC	256.111	46.553
Debêntures	CDI	20.178	20.125
LF – Outros Bancos (b)	CDI	106.041	237.163
Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias		13.673	7.358
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	13.673	7.358
Total Geral		1.684.841	1.506.947

(a) Refere-se a garantia prestada ao Ministério da Agricultura nas operações de repasse relacionadas na Nota 16. Com o objetivo de obter novos recursos o saldo de garantia excedente não foi liquidado no encerramento do semestre.

(b) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

(ii) Classificação de títulos e valores mobiliários por vencimento:

Vencimento	30/06/2021			31/12/2020		
	Carteira própria	Vinculado à prest. de garantias	Total	Carteira própria	Vinculado à prest. de garantias	Total
Sem vencimento	906.625	-	906.625	822.178	-	822.178
De 1 a 3 meses	72.114	-	72.114	57.617	54.854	112.471
De 3 a 6 meses	-	-	-	51.989	-	51.990
De 6 a 12 meses	164.636	5.982	170.618	71.191	-	71.191
Total circulante	1.143.375	5.982	1.149.357	1.002.975	54.854	1.057.829
Sem vencimento	19.145	-	19.145	19.102	-	19.102
De 1 a 2 anos	278.121	13.673	291.794	283.041	7.358	290.400
De 2 a 3 anos	117.645	-	117.645	24.209	-	24.209
Acima de 3 anos	106.900	-	106.900	115.408	-	115.408
Total não circulante	521.811	13.673	535.484	441.760	7.358	449.118
Total Geral	1.665.186	19.655	1.684.841	1.444.735	62.212	1.506.947

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

7. Relações interfinanceiras

Trata-se de recurso do Funcafé contratado com o Ministério da Agricultura, conforme previsto na Lei Complementar nº 130/09, repassado as Cooperativas Filiadas, nas mesmas condições contratuais, objetivando financiar as atividades de seus associados. As garantias oferecidas são Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas.

(a) Composição do saldo por vencimento e nível de risco:

Vencimento	Risco	30/06/2021		Provisão	Valor líquido	Valor líquido
		30/06/2021	Percentual			
Curto Prazo	A	113.879	0,5%	(569)	113.310	98.458
	B	-	1,0%	-	-	5.012
		113.879		(569)	113.310	103.470

Vencimento	Risco	30/06/2021		Provisão	Valor líquido	Valor líquido
		30/06/2021	Percentual			
Longo Prazo	A	4.766	0,5%	(24)	4.742	5.942
	B	-	1,0%	-	-	114

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 31/12/2020 | em milhares de R\$)

				Provisão	Valor líquido	Valor líquido
Vencimento	Risco	30/06/2021	Percentual	30/06/2021	30/06/2021	31/12/2020
		4.766		(24)	4.742	6.056
Total Geral		118.645		(593)	118.052	109.526

8. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

Composição da carteira de crédito por nível de risco:

				Provisão	Valor líquido	Valor líquido
Vencimento	Risco	30/06/2021	Percentual	30/06/2021	30/06/2021	31/12/2020
Curto Prazo	AA	38.681	0,0%	-	38.681	38.681
	A	67.635	0,5%	(338)	67.297	50.477
	B	-	1,0%	-	-	16.735
Total Geral		106.316		(338)	105.978	105.893

Todas as operações de crédito referem-se ao setor de Pessoa Jurídica, com cooperativas filiadas e com prazo de vencimento até um ano.

9. Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por rendas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado:

9.1 Descrição – Curto Prazo		30/06/2021	31/12/2020
Rendas a Receber		127	18
Dividendos a receber		107	-
Rendas a Receber Seguro		2	-
Outras Rendas a Receber		18	18

9.2 Descrição – Longo Prazo		30/06/2021	31/12/2019
Devedores por Depósito e Garantia (a)		1.202	1.198
Pis – Depósito Judicial		167	167
Cofins – Depósito Judicial		827	823
Outros Fiscais		85	85
Outros		123	123
Total Geral		1.329	1.216

(a) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 18.

10. Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

Valores referentes Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Negativo de irpj - Exercícios Anteriores	170	170
Saldo Negativo de csl - Exercícios Anteriores	19	19
Contribuição Social Antecipações	25	-
IRPJ - Antecipações	44	-
IR Retidos	113	-
Iss – Impostos sobre Serviços	-	2
Valores a Restituir – PERDCOMP	4	4
TOTAL	375	195

11. Outros Ativos

11.1 Descrição – Curto Prazo	30/06/2021	31/12/2020
Diversos	2.698	2.416
Antecipação Salariais	198	87
Adiantamentos Diversos	13	49
Pagamentos a Ressarcir	614	129
Devedores Diversos – País	1.873	2.151
Plano de Saude a Receber	7	9
Cooperativas Filiadas (a)	1.866	2.142
Outros Valores e Bens	466	357
Material em Estoque	225	238
Despesa Antecipada	241	119
Total	3.164	2.773

11.2 Descrição – Longo Prazo	30/06/2021	31/12/2020
Outros Valores e Bens	975	975
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Próprios (b)	2.032	2.032
Instalações, Moveis e Equipamentos (I)	975	975
Imóveis (II)	1.057	1.057
(-)Prov. Desv. Ativos Não Financ Mant. Para Venda – Próprio (c)	(1.057)	(1.057)
(-) Imóveis	(1.057)	(1.057)
Total	975	975
Total Geral	4.139	3.748

(a) Cooperativas Filiadas - são os valores que o Sicoob Central ES tem a receber das Cooperativas filidas, referente ao rateio mensal das despesa da central.

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios estão registrados os bens da cooperativa que não estão sendo utilizados para a atividades da cooperativa. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados em 2021 por força da Carta Circular BCB 3.994/2019.

I. Referente a duas unidades da usina fotovoltaica destinado a gerar energia limpa e renovavel e não estando sujeito à depreciação e que não se encontram em uso pelo Sicoob Central ES.

II. Referente ao imóvel da antiga sede que não está em uso e está disponível para venda, não estando sujeito à depreciação.

(c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens. Até o ano 2020 essas provisões eram registradas na rubrica Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens e foram reclassificados em 2021 por força da Carta Circular BCB 3.994/2019.

12. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCO SICOOB.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Participações Inst Financ Controlada Cooperativa de Crédito – Banco Sicoob (a)	77.725	73.867
Sicoob Confederação	13.240	13.240
Participações empr controlada coop central crédito	1.277	1.204
TOTAL	92.242	88.311

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 31/12/2020 | em milhares de R\$)

(a) A participação junto ao Banco Sicoob, gerou em 2021, com o resultado de equivalência patrimonial, o resultado no montante de R\$ 6.084 mil (No mesmo período em 2020 – R\$ 4.479 mil referente a dividendos).

13. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	492	414	
Terrenos	2.838	2.838	
Edificações	14.289	13.897	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(4.246)	(3.961)	
Instalações	3.662	3.656	10%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(401)	(320)	
Mobiliários	1.053	1.054	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(734)	(690)	
Máquinas	109	113	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(81)	(79)	
Aparelhos de Refrigeração	27	27	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(15)	(13)	
Equipamentos de Processamento de Dados	877	889	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(653)	(628)	
Alarme	12	12	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(4)	(3)	
Armas e Equipamentos	45	45	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(32)	(30)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	14	14	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(9)	(8)	
Equipamentos de Comunicação	93	94	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(61)	(56)	
Veículos	142	142	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(127)	(117)	
Intangível (b)	401	423	
Software e Direito de Uso	1.190	1.157	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(789)	(734)	
Total Imobilizado de Uso	23.653	23.195	
Total Intangível	1.190	1.157	
Total Depreciação/Amortização	(7.152)	(6.639)	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no primeiro semestre de 2021 foi de R\$ 539 mil (no primeiro semestre 2020 – R\$ 555 mil).

14. Depósitos

Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados. Foi assinado acordo de compensação envolvendo as cooperativas filiadas e o Banco Sicoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural, com rendimentos entre 98% a 101% do CDI. Os valores depositados no Sicoob Central ES possuem aplicação correspondente no Banco Sicoob, lastreando o acordo. O resgate ocorre de acordo com a movimentação do crédito rural.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Depósito a prazo - Circulante	867	1.259
Total	867	1.259

a) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(13)	(46)
TOTAL	(13)	(46)

15. Centralização financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos das cooperativas singulares filiadas do Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração mais vantajosa. Mensalmente o resultado destas aplicações é creditado para as singulares. A Centralização Financeira apresenta, em 30 de junho de 2021, um montante de R\$ 3.910.778 e em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$ 3.675.486.

As receitas produzidas a partir dessas disponibilizados somaram em 30/06/2021 R\$53.670 (30/06/2020 – R\$ 53.317) representadas na demonstração de sobras ou perdas como "Rendas de aplicações Interfinanceiras de Liquidez" e "Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil e Instrumentos Financeiros".

a) Despesas correspondente a remuneração da Centralização Financeira para as cooperativas filiadas:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(51.690)	(51.703)
TOTAL	(51.690)	(51.703)

16. Obrigações por repasse do país – Instituições Oficiais

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a instituições oficiais (Funcafé) para repasse as Cooperativas Filiadas (art. 2º, § 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009). As garantias oferecidas são Títulos Públicos Federais (LFT) e Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas. Os valores repassados encontram-se demonstrados na Nota 7.

Instituições	Modalidade	Taxa	Curto prazo	Longo prazo	30/06/2021	31/12/2020
MAPA	Funcafé	Diversos	111.923	4.745	116.668	152.944
BRASESCO	Repasse	Diversos	708	-	708	872
Total					117.376	153.816

a) Essa operação gerou para a Cooperativa uma despesa conforme descrito em "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses".

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de repasse - funcafé repassado	(3.131)	(4.475)
Despesas de repasse - outros	(7)	(20)
TOTAL	(3.138)	(4.495)

17. Outros Passivos Financeiros

Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores	211	3
TOTAL	211	3

18. Provisões

As provisões são as Contingências Judiciais de ações da cooperativa:

Provisão para Contingência	30/06/2021	30/12/2020
Pis (I)	167	167

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 31/12/2020 | em milhares de R\$)

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para Contingência		
Cofins (I)	827	823
Cíveis (II)	153	153
Total	1.147	1.143

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a Cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

I. O Sicoob Central ES está questionando judicialmente o alcance das contribuições do PIS e da COFINS sobre as receitas provenientes do ato cooperativo no período de novembro de 1999 a dezembro de 2004, instituídas pela Medida Provisória nº 1.858 e reedições, sendo que os valores em discussão estão devidamente provisionados e depositados em juízo. Os valores foram atualizados até junho de 2021 pela taxa SELIC.

II. Provisão de passivos de contingência realizadas conforme o relatórios dos Assessores jurídicos.

19. Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Imposto e contribuições s/ sobras a pagar	8	-
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	55	77
Imposto e contribuições s/ salários	306	386
Outros	39	15
Total	408	478

20. Outros Passivos

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias	3.875	4.540
Provisão para Participações nas Sobras (I)	487	915
Fundo de assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (II)	2.945	3.265
Gratificações e Participações a Pagar	443	360
Provisão para Pagamentos a Efetuar	14.279	8.230
Despesa de Pessoal	1.197	840
Água/Energia/Gás	13	19
Aluguéis	2	1
Comunicações	5	6
Propaganda e Publicidade	219	443
Segurança e Vigilância	4	6
Manutenção e Conservação de Bens	19	64
Seguro	1	-
Plano de Saúde	7	9
Compensado	53	53
Seguros a Recolher	2	2
Outras Despesas Administrativas	40	50
Provisão Pagamento Administração Financeira (III)	12.717	6.737
Credores Diversos – País	113.732	99.988
Pagamentos a Processar	-	106
Fundo SISOL (IV)	3.284	3.352
Fundo FEFS (V)	110.416	96.445
Faturas Sicoobcard	2	66
Outros	30	19
TOTAL	131.886	112.758

- I. Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 592 no primeiro semestre de 2021, a título de participação dos empregados nos resultados.
- II. O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.
- III. Refere-se a rendimentos da centralização financeira a serem repassados para as cooperativas filiadas.
- IV. Refere-se ao Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica - SISOL criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 28 de maio de 2018 constituiu o Fundo com o objetivo desenvolver ações de sustentabilidade ambiental do Sicoob ES, que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia, quer seja para uso próprio do Sicoob Central ES ou de suas Filiadas.
- V. Refere-se ao Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob - FEFS criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 12 de dezembro de 2019 constituiu o Fundo com o objetivo de garantir a estabilidade financeira das mesmas, sendo que absorveu o saldo dos demais fundos existentes.

21. Instrumentos financeiros

O Sicoob Central ES opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses, e não possuem exposição com instrumentos financeiros derivativos.

22. Patrimônio líquido
(a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas associadas. A seguir distribuição do capital:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Sicoob Sul-Litorâneo	11.112	10.380
Sicoob Sul	35.458	33.996
Sicoob Leste Capixaba	51.517	49.689
Sicoob Centro-Serrano	20.495	19.170
Sicoob Norte	21.442	20.320
Sicoob Sul-Serrano	39.233	37.638
Sicoob Credirochas	12.425	11.531
Total	191.682	182.724

(b) Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades conforme previsto no estatuto social.

(c) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No primeiro semestre de 2021, a SICOOB CENTRAL ES realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes no valor de (R\$ 2.226), referente as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

(d) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, através da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em Abril de 2021, as cooperativas filiadas deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para o aumento do capital social, no valor de R\$ 8.958 mil.

23. Demonstração do Resultado de atos cooperativos e não cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop):

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 31/12/2020 | em milhares de R\$)

Descrição	1º Sem/2021			1º Sem/2020		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	75.710	75.040	670	73.628	73.514	114
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(57.688)	(57.596)	(92)	(58.584)	(58.569)	(15)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(10.161)	(10.071)	(90)	(10.544)	(10.527)	(17)
Resultado Operacional	7.861	7.373	488	4.500	4.418	82
Receita Não Operacional	12	-	12	12	-	12
Despesa Não Operacional	(47)	-	(47)	-	-	-
Resultado Não Operacional	(35)	-	(35)	12	-	12
Resultado do Período	7.826	7.373	453	4.512	4.418	94

24. Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos de capital de giro e de repasses.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de empréstimos	1.342	1.582
Rendas de repasses interfinanceiros	3.505	5.336
TOTAL	4.847	6.918

25. Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São reconhecidas as receitas de rendas dos recursos aplicadas no mercado considerando o regime de competências e taxas contratadas.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
CDI – Não ligadas	14	-
CDI – Ligadas	30.419	28.332
DI rural – Não ligadas	-	61
TOTAL	30.433	28.393

26. Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr Financeiros

É constituído pelas receitas de aplicações financeiras no país; títulos de renda fixa, predominantemente títulos públicos federais e títulos de renda variável.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Debêntures	420	522
Letras financeiras do tesouro	2.333	3.366
LFT - Vinculado a Garanta de Repasse	361	1.226
LF - Pós Fixada	4.341	-
LFT Centralização Recurso Municípios	1.518	2.048
Outros – Rendas Títulos de Renda Fixa	-	6.248
Fundos de aplicação financeira	13.817	11.387
Apropriação ref. A Rendimento de aluguel	644	-
Outros – Rendas Aplicações Fundo Investimento	194	390
(-)Prejuízos Com Títulos de Renda Fixa	(391)	(263)
TOTAL	23.237	24.924

27. Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As Despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa refletem a variação nos saldos de Provisão para tais créditos gerados em consonância com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21.12.1999, de acordo com a classificação de risco das operações de crédito concedidas.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Crédito rotativo (Reversão Provisão)	423	478
Repasses interfinanceiros (Reversão Provisão)	121	128
Operações crédito liquidação duvidosa	(338)	(252)
Repasses interfinanceiros	(138)	(90)
TOTAL	68	264

28. Ingressos e Receita de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	275	-
Rendas de Transações Intercredis	-	2
Rendas de Comissão	124	112
Outras Rendas de Serviços	241	-
TOTAL	640	114

29. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de honorários	(1.226)	(1.157)
Despesas de pessoal - benefícios	(630)	(602)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(1.265)	(1.088)
Despesas de pessoal - proventos	(2.863)	(2.584)
Despesas de remuneração de estagiários	(72)	(88)
Despesas de pessoal - Outros	(24)	(1)
Total	(6.080)	(5.520)

30. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Despesas Administrativas são constituídas por despesas de manutenção de sua infra-estrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas De Agua Energia E Gas	(90)	(85)
Despesas De Aluguéis	(13)	(15)
Despesas De Comunicações	(44)	(69)
Despesas De Manutenção E Conservação De Bens	(58)	(43)
Despesas De Material	(19)	(102)
Despesas De Processamento De Dados	(654)	(888)
Despesas De Promoções E Relações Públicas	(102)	(77)
Despesas De Propaganda E Publicidade	(1.256)	(1.383)
Despesas De Publicações	-	(16)
Despesas De Seguros	(6)	(7)
Despesas De Serviços Do Sistema Financeiro	(312)	(247)
Despesas De Serviços De Terceiros	(161)	(267)

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 31/12/2020 | em milhares de R\$)

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas De Serviços De Vigilância E Segurança	(36)	(39)
Despesas De Serviços Técnicos Especializados	(241)	(305)
Despesas De Transporte	(4)	(5)
Despesas De Viagem No País	(1)	(43)
Despesas De Amortização	(59)	(83)
Despesas De Depreciação	(480)	(472)
Outras Despesas Administrativas	(117)	(97)
Total	(3.653)	(4.243)

31. Dispêndios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesa Tributárias	(17)	(17)
Despesa de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS	(32)	(5)
Despesa Contribuição ao Cofins	(52)	(8)
Despesa Contribuição ao PIS e PASEP	(36)	(27)
TOTAL	(137)	(57)

32. Resultado de participações em coligadas e controladas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada (a)	6.157	-
Despesa de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada	-	(169)
TOTAL	6.157	(169)

(a) O principal valor desta conta refere-se ao reconhecimento de ganho na equivalência patrimonial do investimento junto Banco Sicoob que totalizou R\$ 6.084 mil.

33. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	351	262
Dividendos	2	4.479
Rateio de despesas da central entre filiadas (a)	9.097	7.634
Outras rendas operacionais	10	36
TOTAL	9.460	12.411

(a) Rateio de despesas da central entre as Cooperativas filiadas conforme aprovado pela diretoria colegiada do Sicoob ES.

34. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Contribuição Fundos (a)	(1.440)	(1.180)
Perdas – Práticas Inadequadas	-	(5)
Desc. Conc. – Rep. Interf – Recursos Fonte Publica (b)	(199)	(472)
Outras despesas Operacionais	(39)	(29)
TOTAL	(1.678)	(1.686)

(a) Este valor refere-se à atualização do Fundo de Garantia e Fomento criado pelo Sicoob ES.

(b) Descontos concedidos em operações de repasse liquidadas antecipadamente.

35. Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Provisão para Passivos Contingentes	-	(120)
TOTAL	-	(120)

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

36. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de aluguéis	12	12
Perda de Capital	(47)	-
Resultado Líquido	(35)	12

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

37. Resultado Não Recorrente

Não foram identificados resultados não recorrentes no primeiro semestre de 2021, dessa forma, não houve registros.

38. Partes relacionadas
(a) Cooperativas filiadas

O Sicoob Central ES foi criado com o objetivo da organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 8º e Resolução nº 4.434/15 do CMN, capítulo I artigo 6º.

Demonstramos a seguir as operações com as cooperativas filiadas e com o Banco Sicoob, instituição financeira que o Sicoob Central ES tem participação:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Ativo		
Banco Sicoob	3.277.019	3.160.340
Conta corrente	3.868	3
Depósitos Interfinanceiros	2.366.526	2.338.159
Cotas de Fundos de Renda Fixa	906.625	822.178
Cooperativas Filiadas	226.827	218.560
Repastes interfinanceiros	118.645	110.102
Operações de crédito	106.316	106.316
Valores a receber	1.866	2.142
Passivo		
Cooperativas Filiadas	3.924.362	3.683.482
Depósitos a prazo	867	1.259
Relações interfinanceiras – centralização financeira	3.910.778	3.675.486
Provisão Pagamento Administração Financeira	12.717	6.737

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 31/12/2020 | em milhares de R\$)

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Receita		
Banco Sicoob	44.250	39.780
Rendas Aplicações em Depósitos interfinanceiros	30.433	28.393
Fundos Aplicações Fiananceiras	13.817	11.387
Cooperativas Filiadas	13.944	14.552
Rendas de empréstimos	1.342	1.582
Rendas de repasses interfinanceiros	3.505	5.336
Ratelo de Despesas da Central entre Filiadas	9.097	7.634
Despesa		
Cooperativas Filiadas	(51.635)	(51.485)
Operações de Captação no Mercado	(13)	(46)
Reversão/Provisão para Operações de Créditos	68	264
Dispêndio de Depósitos Interooperativos	(51.690)	(51.703)

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

Pessoal chave da administração inclui os diretores e superintendente. Nas assembleias gerais realizadas anualmente, são estabelecidos os honorários e benefícios (previdência, vale alimentação e plano de saúde) a serem pagos:

Benefícios Monetários	30/06/2021	30/06/2020
Honorários	1.028	963
Salários/Remuneração	554	433
Benefícios	36	35

39. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e BANCO SICOOB.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

39.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

39.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

39.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

39.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

39.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

40. Cobertura de seguros – Não auditados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes

41. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites.

	30/06/2021	30/06/2020
Basileia III		
Patrimônio de Referência - Nível I (110)	177.443	175.190
Patrimônio de Referência - PR (100)	177.443	175.190
RWA para risco de crédito por abordagem padronizada - RWACPAD (700)	1.060.839	1.030.690

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 31/12/2020 | em milhares de R\$)

	30/06/2021	30/06/2020
Basileia III		
RWA para risco de mercado - RWAMPAD (770)	114.108	20.229
RWA para risco operacional - RWAOPAD (870)	49.916	50.127
Ativos ponderados por risco (RWA) (900)	1.224.863	1.101.046
Patrimônio de referência exigido / mínimo para o RWA (910)	97.989	88.084
Valor total da RBAN (890)	1.425	485
Margem sobre o PR considerando a RBAN (953)	58.124	72.858
Índice da Basileia	14,31%	15,84%
Margem de Imobilização (960)	70.154	69.391

42. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	994	994	990	990
Outros Fiscais	-	85	-	85
Outros	153	123	153	123
TOTAL	1.147	1.202	1.143	1.198

(a) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Vitória - ES, 30 de julho de 2021.

Bento Venturim
 Diretor Presidente
 CPF: 425.679.127-20

Nailson Dalla Bernardina
 Diretor Executivo
 CPF: 077.720.547-50

Wanderson Vieira da Silveira
 Contador CRC/ES: 016.925/O-0
 CPF: 099.673.817-79

Relatório de Auditoria

À Administração e às Associadas da

Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - SICOOB CENTRAL ES

Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - SICOOB CENTRAL ES, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CENTRAL ES em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avallamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avallamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.